

HABEAS CORPUS Nº 563.128 - MG (2020/0044535-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONRADO DE CARVALHO ARAUJO - MG110527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCAS THIAGO NORBERTO CAETANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 26):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - TRÁFICO DE DROGAS - LIBERDADE PROVISÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - RECURSO PROVIDO.

- Demonstrada a gravidade concreta do delito supostamente praticado pelo recorrido, evidenciada pela quantidade de entorpecentes apreendidos, mostra-se necessária a sua prisão preventiva com o fim de se resguardar a ordem pública, nos moldes do art. 312, do CPP.

- Recurso provido.

Consta dos autos prisão em flagrante pela prática do crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006.

A impetrante alega a existência de constrangimento ilegal, tendo em vista a concessão de liberdade provisória pelo Juízo de 1º grau, sendo a preventiva decretada pelo provimento do recurso em sentido estrito ministerial sem fundamentação válida.

Salienta, ainda, desproporcionalidade em comparação com futuro provimento condenatório.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo *não conhecimento do habeas corpus, mas, caso conhecido, pela denegação da ordem*.

É o relatório.

DECIDO.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via

eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Extraí-se dos autos que concedida liberdade provisória em 1º/10/2019, na audiência de custódia, e houve a interposição de recurso em sentido estrito pelo *Parquet*, o qual foi provido em 5/2/2020, para decretar a prisão preventiva do réu.

O acórdão está assim fundamentado (fls. 28/29):

[...]. Passa-se à decisão:

Analisando detidamente os autos, verifica-se que razão assiste ao recorrente.

É de sabença que a prisão preventiva, modalidade de prisão cautelar, constitui medida extrema e excepcional, somente cabível quando presentes os requisitos constantes do art. 312, do CPP, quais sejam, o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*.

O primeiro requisito se refere à necessidade da existência do crime e de indícios suficientes de sua autoria.

Já o *periculum libertatis*, encontra-se consubstanciado nas quatro hipóteses, previstas no art. 312, do CPP, segundo as quais a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

In casu, há indícios suficientes da autoria, bem como comprovada a materialidade delitiva, consoante informações extraídas, sobretudo do Auto de Prisão em Flagrante Delito - APFD, acostado às ff. 03-05, e do Laudo de Constatação Preliminar de f. 09.

No que diz respeito ao *periculum libertatis*, analisando detidamente os autos, constata-se a existência de elementos objetivos, que evidenciam a necessidade da sua segregação provisória para a garantia da ordem pública, sobretudo diante da gravidade concreta do delito em tese praticado, evidenciada pela diversidade de entorpecentes arrecadados, quais sejam, 110g (cento e dez gramas) de cocaína, divididos em 61 (sessenta e um) invólucros, conforme se infere do Laudo Preliminar de Constatação de Drogas, à f. 09.

[...]

Destarte, medida que se impõe é a decretação da prisão preventiva, eis que presentes os seus requisitos autorizadores, constantes do art. 312, do CPP.

Ressalte-se, por fim, estar preenchida a hipótese de cabimento da prisão preventiva, inserida no art. 313, I, do CPP, ou seja, trata-se de crime doloso o

Superior Tribunal de Justiça

delito praticado pelo recorrido, punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

DA CONCLUSÃO.

Face ao exposto, estando presentes os requisitos autorizadores da custódia provisória, DOU PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL, para reformar a r. decisão de primeiro grau e decretar a prisão preventiva do recorrido, nos termos dos arts. 312 e 313, ambos do CPP. [...].

Como já adiantado no exame da liminar, constata-se a indicação de fundamento concreto na referência à quantidade de droga apreendida, uma vez que é expressiva tratando-se de 110 gramas de cocaína.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator